

17,18
V8 D1.
C+

**Anexo às Demonstrações Financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Expresso em Euros**

8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 Identificação

A Universidade Aberta (“UAb”) tem a sua sede na Rua da Escola Politécnica, n.º 147, 1269-001, Lisboa, pessoa coletiva n.º 502 110 660.

Código de Classificação Orgânica: 09 1 03 01 00 – Orçamento de Funcionamento

Tutela: Ministério da Educação e Ciência

Regime Financeiro e outros elementos de identificação

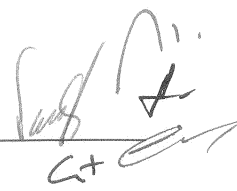
A Universidade Aberta possui a natureza de instituto público de regime especial e goza de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira e disciplinar.

As autonomias referidas decorrem do disposto na Constituição da República Portuguesa (vide artigo 76.º, n.º 2, da Quarta Revisão Constitucional); do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro); da Lei-Quadro dos Institutos Públicos (Lei n.º 93/2004, de 15 de Janeiro alterada pelas Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pelos Decretos -Leis n.º 200/2006, de 25 de Outubro, e 105/2007, de 3 de Abril, pela Lei n.º 64 - A/2008, de 31 de Dezembro, pelo Decreto -Lei n.º 40/2011, de 22 de Março, e pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de Abril e pelo Decreto-Lei n.º 95/2012 de 17 de Janeiro, data em que foi republicada); e dos próprios Estatutos da Universidade, publicados pelo Despacho Normativo n.º 65-B/2008, publicado no Diário da república, 2ª Serie – n.º 246, de 22 de Dezembro de 2008.

8.1.2 Legislação

A Universidade Aberta foi fundada em 1988 e tem os seus estatutos homologados pelo Despacho Normativo n.º 65-B/2008, publicado no Diário da República, 2ª Serie – n.º 246, de 22 de dezembro de 2008.

A Universidade Aberta rege-se pelo disposto nos Estatutos e pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).



Com mais de 400 títulos editados, de 3500 horas de produções audiovisuais e de 6000 horas de emissões televisivas, produzidas nos seus estúdios, a UAb tem procurado sobretudo incentivar a apropriação e a autoconstrução de saberes, concebendo e lecionando cursos, formando técnicos e docentes, de acordo com uma filosofia de prestação de serviço público.

A atividade da UAb é exercida em submissão às obrigações inerentes ao serviço público que presta, incluindo o cumprimento das orientações das autoridades nacionais de educação.

8.1.5 Recursos humanos

Reitor

Paulo Maria Bastos da Silva Dias

Vice-Reitora para a qualidade, avaliação e cooperação internacional

Carla Maria Bispo Padrel de Oliveira

Vice-Reitor para os assuntos académicos, comunitários e de extensão cultural

Domingos José Alves Caeiro

Pró-Reitor para a aprendizagem ao longo da vida

José das Candeias Montes Sales

Pró-reitor para o campus virtual

Vitor Jorge Ramos Rocio

Pró-Reitor para os assuntos jurídicos

João Carlos Relvão Caetano

Pró-Reitora Inovação Pedagógica e E-Learning

Glória Maria Lourenço Bastos

Pró-Reitor Gestão de Projetos de Investigação e Desenvolvimento

José António Ferreira Porfírio

Administradora (dirigente superior 2º grau)

Olga Cristina Pacheco Silveira até 30 de setembro de 2016

Valentina Maria Azinheira Matoso desde 01 de Outubro de 2016.

Handwritten signature and initials, including a large 'A' and 'C+'.

Conselho Científico (CC)

Adérito Fernandes Marcos

Conselho Pedagógico (CP)

Ana Paula Figueira Vaz Fernandes - em funções até 30 de setembro de 2016

Carlos Castilho Pais – em funções a partir de 1 de outubro de 2016

Dirigentes

Diretor do Departamento de Ciências e Tecnologia (DCT)

Fernando José Pires Caetano – em funções até 26 de outubro de 2016

João Jorge Ribeiro Soares Gonçalves de Araújo – desde 27 de outubro de 2016

Diretor do Departamento de Ciências Sociais e de Gestão (DCSG)

Maria Isabel da Conceição João

Diretor do Departamento de Educação e Ensino a Distância (DEED)

Darlinda Maria Pacheco Moreira

António Moreira Teixeira – em funções desde 1 de setembro de 2016

Diretor do Departamento de Humanidades (DH)

Carlos Fonseca Clamote Carreto

Luís Carlos Pimenta Gonçalves – em funções desde 1 de março de 2016

Unidade para a Aprendizagem ao Longo da Vida (UALV)

José das Candeias Montes Sales

Gabinete Jurídico (GJ) (dirigente intermédio do 2º grau)

Jorge Manuel Ferreira

Gabinete de Planeamento, Avaliação e Qualidade (GPAQ) (dirigente intermédio do 2º grau)

Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno

DI
+
CT

Gabinete de Gestão Académica e Curricular (GGAC)

Domingos José Alves Caeiro

Gabinete de Apoio a Projetos de Investigação e Desenvolvimento (GAPID)

José António Ferreira Porfírio

Gabinete de Comunicação e de Relações Internacionais (GCRI) (dirigente intermédio do 2º grau)

Margarida de Abreu Salomão de Oliveira e Carmo – em funções até 30 de setembro de 2016

Virgínia Zaidam Chantre Ferrage em funções desde 1 de outubro de 2016

Direção de Apoio ao Campus Virtual (DACV)

Vítor Jorge Ramos Rocio

Serviços de Informática (SI) (dirigente intermédio do 2º grau)

Emília Paula Bia Vasco Dias Pereira de Macedo – em funções até 29 de fevereiro de 2016

Vitor Miguel Alexandre Rodrigues – em funções desde 1 de março de 2016

Serviços de Suporte Tecnológico ao Ensino (SSTE) (dirigente intermédio do 2º grau)

Bruno Manuel Almeida dos Santos Tavares

Serviços de Produção Digital (SPD) (dirigente intermédio do 2º grau)

Maria de Fátima Ferreira da Silva

Direção de Serviços de Documentação (DSD) (dirigente intermédio do 1º grau)

Maria Madalena Gonçalves do Rosário Carvalho

Direção de Serviços Académicos (DSA) (dirigente intermédio do 1º grau)

Isabel Maria Martinho Lopes Saraiva de Matos Pires

Serviço de Logística de Exames (dirigente intermédio do 2º grau)

Laura Carmen Carapinha Encantado

Divisão de Gestão Financeira (DGF) (dirigente intermédio do 2º grau)

José António Lourenço Geraldês

Handwritten signature and initials.

Divisão de Recursos Humanos (DRH) (dirigente intermédio do 2º grau)

Célia Maria Cruz Fonseca de Matos

Divisão de Compras e Património (DCP) (dirigente intermédio do 2º grau)

Jesuína Maria Isidoro Franco

Divisão de Serviços Técnicos (DST) (dirigente intermédio do 2º grau)

Teresa Duarte Teixeira

Delegação Regional do Porto

José António Marques Moreira

Delegação Regional de Coimbra

João Carlos Relvão Caetano

No final do exercício de 2016 a entidade tinha ao seu serviço 317 funcionários, distribuídos de acordo com o quadro seguinte:

	Dirigente	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informático	Docente Ensino Universitário	Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	Total
CT em Funções Pública por tempo indeterminado	0	57	66	18	8	124	0	273
CT em Funções Pública a termo resolutivo certo	0	14	0	0	0	16	0	30
CT em Funções Pública a termo resolutivo incerto	0	0	0	0	0	0	0	0
Comissão de Serviço no âmbito da LVCR	14	0	0	0	0	0	0	14
Total de Effectivos	14	71	66	18	8	140	0	317

8.1.6 Organização contabilística

Manual de procedimentos

A crescente necessidade de informação para a gestão, bem como de controlos externos e internos, administrativos e contabilísticos fundamentaram a necessidade de existência de um manual de procedimentos internos.

Nesse sentido a Universidade Aberta dispõe de um conjunto de Manuais de Procedimentos Internos para as áreas de Compras, Faturação, Tesouraria e Contabilidade, que fazem parte integrante do Sistema de Gestão da Qualidade.

Livros de Registo

Os movimentos são registados nos Diários de Movimentos e no Razão.

01.
+
C+

Organização do arquivo dos documentos de suporte

Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas estão arquivados da seguinte forma:

- Documentos de Despesa – por número de processamento com numeração sequencial de base anual. Do processo de despesa fazem parte a proposta de realização de despesa, o documento de cabimento, o documento de compromisso, a requisição oficial, o documento comprovativo (fatura ou documento equivalente), autorização de pagamento e comprovativo de pagamento;
- Documentos de receita – por guia de receita com numeração sequencial de base anual. Do processo de receita fazem parte as faturas emitidas e os recibos relativos às cobranças efetuadas, as requisições de fundos de transferências do Orçamento de Estado e as guias de receita associadas às receitas próprias.

Sistema informático utilizado

O sistema informático utilizado consubstancia-se num ERP – Enterprise Resource Planning, composto por:

- Um conjunto de módulos standard assente numa base de dados relacional, compreendendo os seguintes módulos:
 - Contabilidade Orçamental;
 - Contabilidade Patrimonial e Analítica;
 - Gestão do Património;
 - Gestão de Compras;
 - Despesas e Contas a Pagar;
 - Caixa e Bancos;
 - Gestão de Recursos Humanos.
- Receitas e Contas a Receber é efetuado pelo sistema informático “Digitalis” para a faturação relacionada com o setor Académico e o sistema informático “PHC” para a faturação emitida no serviço de contabilidade. Nenhuma destas aplicações informáticas está integrada com a aplicação ERP referida no ponto anterior.

Demonstrações financeiras intercalares

Não existiram demonstrações financeiras intercalares.

Descentralização contabilística

Não existe descentralização contabilística.

Handwritten signature and initials, including "C+" and "f".

8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.1 – Nota Introdutória

a) Base de preparação das demonstrações financeiras

A Universidade Aberta apresenta as suas demonstrações financeiras e o presente Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados com base, e de acordo, com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Setor da Educação (POC – Educação).

As notas a seguir indicadas estão de acordo com a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Setor da Educação (POC – Educação) e aquela cuja numeração não consta deste anexo não são aplicáveis à Entidade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras em apreciação.

b) Período económico

As presentes demonstrações financeiras compreendem o período iniciado a 1 de janeiro de 2016 e findo em 31 de dezembro de 2016.

8.2.3 – Critérios Valorimétricos e Métodos de Cálculo

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos da entidade, segundo a convenção do custo histórico e na base da continuidade das operações da entidade, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

8.2.3.1 - Critérios valorimétricos utilizados

Os principais critérios valorimétricos foram os seguintes:

a) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas estão registadas ao custo de aquisição, ajustados do aumento/diminuição resultante das avaliações efetuadas, líquido de amortizações acumuladas.

Os custos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo, sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Handwritten signature and initials.

b) Existências

As Matérias-primas, subsidiárias e de consumo estão valorizadas ao custo de aquisição. Os produtos acabados e intermédios estão valorizados ao custo de produção, sem prejuízo de, nos casos em que o valor de realização estimado é inferior ao custo de produção, se registar uma provisão para depreciação de existências por forma a reduzir o valor escriturado do bem ao seu valor de realização estimado. De salientar que, correspondendo a generalidade dos inventários de produtos acabados e intermédios a obras literárias, se presume que as edições com antiguidade superior a dois anos já têm uma reduzida probabilidade de venda, pelo que o seu valor de realização é nulo.

c) Dívidas de Terceiros

Clientes

As dívidas a receber de terceiros de alunos e clientes são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais provisões, reconhecidas na rubrica de “Provisões para cobranças duvidosas”, de forma a refletir o seu valor realizável.

d) Acréscimos e diferimentos

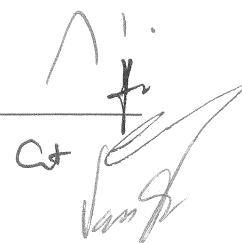
A entidade regista nesta rubrica do Ativo e do Passivo, os custos e proveitos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios, compreendendo designadamente:

- As remunerações e respetivos encargos relativos a férias e subsídio de férias, vencidos e não pagas no final de cada exercício;
- Juros a receber provenientes de aplicações financeiras em depósitos a prazo;
- Os prémios de seguro e contratos de assistência, repartidos pelos exercícios, de acordo com o respetivo período de vigência;
- Reconhecimento de custos incorridos e ainda não faturados à data de encerramento das contas, provenientes de serviços prestados por terceiros, ainda no exercício em análise;
- Subsídios ao investimento são contabilizados em proveitos diferidos e reconhecidos anualmente nos resultados na proporção das amortizações dos respetivos bens.

e) Enquadramento Fiscal

A Universidade Aberta está isenta de IRC ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 9º do CIRC, sendo esta de carácter pessoal e incondicional.

A Universidade Aberta é sujeito passivo de IVA integrado no regime misto com afetação real de todos os bens com periodicidade trimestral.



8.2.3.2 - Métodos de cálculo utilizados

a) Amortizações

Os bens do ativo imobilizado corpóreo estão a ser amortizados de acordo com as taxas da Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE). A Universidade Aberta utiliza o método das quotas constantes a partir do ano da entrada dos bens em funcionamento, de tal modo que os bens fiquem amortizados durante o seu período vida útil estimada.

b) Provisões

Foram constituídas a seguintes provisões:

- **Provisão para depreciação de existências**

São provisionados a 100% todos os livros e publicações editados há mais de 2 anos.

Na opinião do Conselho de Gestão o valor provisionado corresponde ao valor de desvalorização previsível e dificilmente a Universidade conseguirá comercializar estes bens.

- **Provisão de dívidas a receber**

São constituídas Provisões para dívidas a receber, de acordo com os seguintes critérios:

- Provisionados integralmente todos os saldos de alunos inativos ou com a matrícula anulada;
- Provisionados todos os restantes valores em dívida de acordo com a estimativa de cobrança apurada com base no histórico de recebimentos verificados nos últimos 3 anos (Exercícios de 2016, 2015 e 2014) relativos a exercícios anteriores.

O Conselho de Gestão entende que as provisões apuradas, de acordo com os critérios de avaliação de riscos descritos acautelam, com razoável segurança, os riscos de crédito associados.

- **Provisão para Riscos e Encargos**

Foi mantida uma provisão para processos judiciais em curso de acordo com as expectativas existentes quanto ao montante de encargos potenciais que a Universidade poderá vir a suportar com os processos pendentes em Tribunal à data de 31 de dezembro de 2016.

Na opinião do Conselho de Gestão o valor provisionado é suficiente para fazer face aos riscos potenciais que poderão ocorrer com o desenrolar daqueles processos.

Handwritten signature and initials

8.2.7 - Ativo Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o movimento ocorrido na rubrica imobilizações e respetivas amortizações e provisões foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO						
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação / Ajustamentos	Aumentos	Aleinações	Transferências / Abates	Saldo Final
De bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios						
Outras construções e infra-estruturas						
Bens património histórico, artístico e cultural						
Outros bens do domínio público						
Imobilizações em curso						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação						
Despesas investigação e desenvolvimento						
Propriedade industrial e outros direitos						
Imobilizações em curso - imob. incorpóreas						
	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
De Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	1 019 842,33					1 019 842,33
Edifícios e outras construções	3 152 447,03					3 152 447,03
Equipamento e material básico	3 276 485,71		27 186,65	-2 159,38		3 301 512,98
Equipamento de transporte	161 221,59					161 221,59
Ferramentas e utensílios	41 568,37					41 568,37
Equipamento administrativo	3 263 437,07		66 044,04	-1 359,88		3 328 121,23
Outras Imobilizações corpóreas	192 050,28		1 972,82			194 023,10
Imobilizações em curso	0,00					0,00
	11 107 052,38	0,00	95 203,51	-3 519,26	0,00	11 198 736,63
De Investimentos financeiros:						
Partes de capital						
Obrigações e títulos de participação						
Outras aplicações financeiras						
Depósitos em instituições financeiras						
Títulos da dívida pública						
Outros títulos						
Fundos						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES						
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações			Saldo Final
De bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios						
Outras construções e infra-estruturas						
Bens património histórico, artístico e cultural						
Outros bens do domínio público						
Imobilizações em curso						
	0,00	0,00	0,00			0,00
De Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação						
Despesas investigação e desenvolvimento						
Propriedade industrial e outros direitos						
	0,00	0,00	0,00			0,00
De Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	641 389,55	37 522,66				678 912,21
Equipamento e material básico	3 021 145,73	25 669,76	-2 159,38			3 044 656,11
Equipamento de transporte	161 221,59					161 221,59
Ferramentas e utensílios	41 439,16	57,05				41 496,21
Equipamento administrativo	3 139 312,26	63 894,49	-1 359,88			3 201 846,87
Outras Imobilizações corpóreas	171 297,93	4 002,34				175 300,27
Imobilizações em curso						
	7 175 806,22	131 146,30	-3 519,26			7 303 433,26
De Investimentos financeiros:						
Partes de capital						
Obrigações e títulos de participação						
Outras aplicações financeiras						
Depósitos em instituições financeiras						
Títulos da dívida pública						
Outros títulos						
Fundos						
	0,00	0,00	0,00			0,00

Handwritten signature and initials: "Ct" and a signature.

8.2.8 – Desagregação do Ativo Imobilizado

Este mapa segue em anexo.

8.2.17 – Caixa e Equivalentes

De acordo com o estabelecido na Norma Interpretativa N.º 1 (Aviso n.º 7455/2001, publicado na II Série do Diário da República, de 30 de maio) emitida pela Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública, “o balanço deverá refletir a situação de terceiros e disponibilidades antes da efetivação dos pagamentos relativos ao período complementar, traduzindo a situação económico-financeira a 31 de dezembro do ano”.

No que à execução orçamental diz respeito a mesma orientação diz-nos que “na execução orçamental, os mapas de fluxos de caixa e de controlo orçamental evidenciam a totalidade dos pagamentos do exercício do ano n, incluindo os efetuados no período complementar”.

Desta forma, interessa analisar a diferença entre as disponibilidades evidenciadas pelo Balanço e as disponibilidades evidenciadas no Mapa de Fluxos de Caixa, resultante das diferentes óticas de elaboração dos mapas referidos. Assim:

	Exercício 2016	Exercício 2015
Disponibilidades - Demonstração de Fluxos de Caixa	2 114 490,44	2 124 920,41
Pagamentos efectuados durante o período complementar	0,00	0,00
Disponibilidades - Balanço	2 114 490,44	2 124 920,41

No exercício de 2016 e 2015 não existiram pagamentos em período complementar.

8.2.23 – Dívidas de Cobrança Duvidosa

Dívidas de Cobrança Duvidosa	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
21811 - Dívida de cobrança duvidosa - Académicos	7 004 567,01	6 738,02	29 117,00	6 982 188,03
21812 - Dívida de cobrança duvidosa - Núcleo de Vendas	310 888,64			310 888,64
Total	7 315 455,65	6 738,02	29 117,00	7 293 076,67

Handwritten signature and initials

8.2.24 – Dívidas ativas e passivas com o pessoal

Dívidas com o pessoal	2016	2015
Dívidas activas	0,00	0,00
Pessoal		
Dívidas passivas	1 682 975,75	1 665 775,98
Remunerações a liquidar	1 682 975,75	1 665 775,98
Pessoal	0,00	0,00

As remunerações a liquidar estão relacionadas com a estimativa de férias e subsídio de férias de 2016 a pagar em 2017, reconhecidos na rubrica de Acréscimos de Custos.

8.2.31 – Provisões Acumuladas

Os movimentos ocorridos no exercício de 2016 nas rubricas de Provisões, foram os seguintes:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19 - Provisões para aplicações de tesouraria				
291 - Provisões para cobranças duvidosas	7 315 455,65	6 738,02	29 117,00	7 293 076,67
292 - Provisões para riscos e encargos	60 000,00			60 000,00
39 - Provisões para depreciação de existências	1 666 419,75		25 544,67	1 640 875,08
49 - Provisões para investimentos financeiros				
Total	9 041 875,40	6 738,02	54 661,67	8 993 951,75

Handwritten signature and initials.

8.2.32 – Variação das contas de Fundo Patrimonial

A conta 51 – Património reflete o resultado da quantificação e valorização do património líquido efetuado em 01 de janeiro de 2009, data a partir da qual a Universidade Aberta apresenta, pela primeira vez, as suas demonstrações financeiras com base num sistema de contabilidade digráfico (contabilidade patrimonial).

Os movimentos ocorridos foram os seguintes:

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
51 - Património	2 741 723,68			2 741 723,68
55 - Ajustam. de partes de capital em empresas ou entidades				
56 - Reservas de reavaliação				
Reservas:				
571 - Reservas legais				
572 - Reservas estatutárias				
573 - Reservas contratuais				
574 - Reservas livres				
575 - Subsídios				
576 - Doações	67 208,40			67 208,40
577 - Reservas decorrentes de transferência de activos				
59 - Resultados transitados	(1 070 233,93)		(94 611,53)	(1 164 845,46)
88 - Resultado líquido do exercício	(94 611,53)	324 155,42		229 543,89
Total Geral	1 644 086,62	324 155,42	(94 611,53)	1 873 630,51

8.2.33 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Movimentos	Produtos acabados e intermédios	M.Primas, Subsid. e de Consumo	Total
Existências iniciais	1 666 419,75	44 095,35	1 710 515,10
Compras		11 332,74	11 332,74
Regularização de existências			0,00
Existências Finais	1 640 875,08	33 668,73	1 674 543,81
Custo mercadoria vendida e matérias consumidas	25 544,67	21 759,36	47 304,03

Handwritten signature and initials

8.2.35 – Vendas e Prestação de Serviços

O movimento ocorrido no período de 2016 nestas rubricas foi o seguinte:

Vendas e prestações de serviços	2016	2015
Vendas de Materias-primas, Subsidiarias e de Consumo		
Livros		0,00
Sub-Total	0,00	0,00
Vendas de Produtos acabados e intermédios		
Livros	16 881,26	27 678,60
Vídeos		258,95
Conjuntos Multimédia	9,42	9,42
CD's	95,07	79,59
Outros		0,00
Sub-Total	16 985,75	28 026,56
Prestação de serviços		
Inscrições em seminários e congressos		313,78
Docência/Colaboração de Docentes	43 305,46	21 313,53
Direitos de Autor		21,09
Fotocópias Diversas	2 811,66	2 360,26
Alugueres	591,04	521,46
Cursos de formação	472,50	6 994,00
Livros digitais - E-books	1 051,30	3 586,71
Elaboração de estudos		0,00
Outros Serviços	1 326,19	168,52
Sub-Total	49 558,15	35 279,35
Total	66 543,90	63 305,91

A totalidade das vendas e prestações de serviços foram efetuadas no mercado interno.

8.2.37 – Demonstração dos resultados financeiros

Os custos e perdas financeiros decompõem-se como segue:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2016	2015		2016	2015
681 - Juros suportados			781 - Juros obtidos		
682 - Perdas em entidades e subentidades			782 - Ganhos em entidades e subentidades		
683 - Amortizações investimentos imóveis			783 - Rendimentos de imóveis		
684 - Provisões aplicações financeiras			784 - Rendimentos participações capital		
685 - Diferenças câmbio desfavoráveis			785 - Diferenças câmbio favoráveis		
686 - Descontos p.p. Concedidos			786 - Descontos p.p. obtidos		
687 - Perdas alienação aplicações tesouraria			787 - Ganhos alienação aplicações tesouraria		
688 - Outros custos perdas financeiros	32 573,41	40 426,06	788 - Outros proveitos ganhos financeiros	0,41	0,10
Resultados financeiros	-32 573,00	-40 425,96			
	0,41	0,10		0,41	0,10

Handwritten signature and initials

8.2.38 – Demonstração dos resultados extraordinários

Os custos e perdas extraordinários decompõem-se como segue:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2016	2015		2016	2015
691 - Transferências de capital concedidas			791 - Restituição de impostos		
692 - Dívidas incobráveis			792 - Recuperação de dívidas		
693 - Perdas em existências			793 - Ganhos em existências	279,52	
694 - Perdas em imobilizações			794 - Ganhos em imobilizações	0,06	0,19
695 - Multas e penalidades	240,00		795 - Benefícios penalidades contratuais		
696 - Aumento amortizações e provisões			796 - Reduções amortizações e provisões	25 544,67	35 249,22
697 - Correções relativas exercícios anteriores	3 124,43	2 990,71	797 - Correções relativas exercícios anteriores		10 084,69
698 - Outros custos perdas extraordinários			798 - Outros proveitos ganhos extraordinários	56 920,03	64 271,43
Resultados extraordinários	79 379,85	106 614,82			
	82 744,28	109 605,53		82 744,28	109 605,53

8.2.39 – Outras informações relevantes para melhor compreensão das Demonstrações Financeiras

a) Estado e outros entes públicos

Activo	2016	2015
Segurança Social		
Total	0,00	0,00

Passivo	2016	2015
I.R.S. - Trabalho dependente	187 254,00	165 995,00
I.R.S. - Pensões		340,00
I.R.S. - Sobretaxa Extraordinária	6 885,00	9 286,00
I.R.S. - Trabalho independente - Residentes	2 140,88	3 999,34
I.R.S. - Trabalho independente - Não residentes	125,00	491,53
I.R.S. - Prediais		0,00
Retenção por situação contributiva irregular		0,00
I.V.A. - Apagar	1 772,52	2 563,94
Segurança Social	63 488,97	54 480,82
Total	261 666,37	237 156,63

1.
Ct d.
[Signature]

b) Acréscimos e diferimentos

Activo	2016	2015
Acréscimo de Proveitos	0,00	343 276,23
Subsídios à exploração	0,00	343 276,23
Custos Diferidos	24 882,33	27 245,04
Seguros	0,00	7 245,04
Rendas e alugueres	20 000,00	20 000,00
Outros custos diferidos	4 882,33	0,00
Passivo		
Acréscimos de Custos	1 811 866,35	1 871 919,94
Remunerações a liquidar	1 682 975,75	1 665 775,98
Comunicação	81,45	0,00
Honorários	128 809,15	165 386,40
Segurança	0,00	16 833,50
Serviços de limpeza	0,00	23 174,06
Rendas e alugueres	0,00	750,00
Outros acréscimos de custos	0,00	0,00
Proveitos Diferidos	2 564 589,73	2 965 310,25
Propinas	646 432,95	774 753,11
Formação Inicial	457 884,34	498 257,88
ALV	70 349,83	139 116,71
Mestrado	97 498,15	76 388,72
Doutoramento	20 700,63	60 989,80
Projectos	223 931,66	439 411,99
Projectos europeus	223 931,66	439 411,99
Subsídios para investimentos	1 694 225,12	1 751 145,15
Fonte Financiamento - PIDDAC/OE/FEDER	1 694 225,12	1 751 145,15

De salientar o facto de ter sido movimentado na conta de proveitos diferidos 2745 – Subsídios para Investimento o valor correspondente aos subsídios ao investimento obtidos, financiados pelo PIDDAC, OE e FEDER, que serão reconhecidos em proveitos na proporção das amortizações anuais praticadas dos bens que lhe servem de base.

8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

8.3.1 – Alterações Orçamentais

8.3.1.1 – Despesa

Este mapa segue em anexo.

8.3.1.2 – Receita

Este mapa segue em anexo.

8.3.2 – Contratação administrativa

8.3.2.1 – Situação dos contratos

Este mapa segue em anexo.

8.3.3 – Execução de programas e projetos de investimento

Este mapa segue em anexo.

8.3.4. – Transferências e subsídios

8.3.4.1 – Transferências correntes – Despesa

Este mapa segue em anexo.

8.3.4.2 – Transferências de capital – Despesa

Este mapa segue em anexo.

8.3.4.3 – Subsídios concedidos

Não foram concedidos Subsídios no exercício de 2016.

8.3.4.4 – Transferências correntes – Receita

Este mapa segue em anexo.

8.3.4.5 – Transferências de capital – Receita

Este mapa segue em anexo.

8.3.4.6 – Subsídios obtidos

Este mapa segue em anexo.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Gestão

